

## DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DOS TRABALHADORES INFORMAIS DE ALEXANDRIA/RN

Maria Do Socorro Dos Santos<sup>1</sup>, Boanerges De Freitas Barreto Filho<sup>2</sup>

**Resumo:** O mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado pela geração insuficiente de empregos formais, mais ainda, nas cidades pequenas, e o cenário de pandemia de COVID-19 trouxe ainda mais dificuldades. Tem-se como objetivo analisar as dificuldades e estratégias adotadas pelos trabalhadores informais da cidade de Alexandria/RN em decorrência dos impactos provenientes da pandemia da COVID-19. Para consecução do trabalho foram realizadas pesquisas bibliográfica, em bases de dados e de campo, com aplicação de formulários para 40 pessoas. Verificou-se que a principal desvantagem em atuar no mercado de trabalho informal foi a baixa renda auferida, citada por 47% dos pesquisados; para 88% ocorreu redução na renda proveniente do trabalho informal a partir da pandemia de COVID-19 e 95% salientaram a redução da renda total familiar; dois terços dos pesquisados não adotaram estratégias adicionais para obtenção de renda durante o período de pandemia por COVID-19, porém, pode-se supor que uma série de variáveis justificam esse percentual, como exemplos: falta do capital necessário para implementação de determinada estratégia viável de obtenção de renda, incapacidade de obtenção de crédito bancário, baixa capacidade de geração de rendas, dentre outras.

**Palavras-chave:** trabalhadores informais; pandemia de COVID-19; dificuldades; estratégias.

## DIFFICULTIES AND STRATEGIES OF THE UNUSUAL WORKERS OF ALEXANDRIA/RN

**Abstract:** The Brazilian labor market has been characterized by insufficient generation of formal jobs, even more so in small towns, and the covid-19 pandemic scenario has brought even more difficulties. The objective is to analyze the difficulties and strategies adopted by the informal workers of the city of Alexandria/RN due to the impacts arising from the covid-19 pandemic. To achieve the work, bibliographic research was carried out in databases and field, with application of forms for 40 people. It was found that the main disadvantage in working in the informal labor market was the low income, cited by 47% of those surveyed; to 88% there was a reduction in income from informal work from the COVID-19 pandemic and 95% stressed the reduction in total family income; two-thirds of the surveyed did not adopt additional strategies to obtain income during the pandemic period by COVID-19, however, it can be assumed that a number of variables justify this percentage, such as:

---

1 Bacharela em Ciências Econômicas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: [mariasocorrosantos@alu.uern.br](mailto:mariasocorrosantos@alu.uern.br).

2 Professor do Departamento de Economia, Campus Avançado de Pau dos Ferros/RN, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1777-3520>. E-mail: [boanergesfilho@uern.br](mailto:boanergesfilho@uern.br).

lack of capital needed to implement a certain viable strategy to obtain income, inability to obtain bank credit, low income generation capacity, among others.

**Keywords:** informal workers; COVID-19 pandemic; difficulties; strategies.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2019, apontavam que a força de trabalho era composta por 106,0 milhões de pessoas, sendo 93,4 milhões ocupados e 12,6 milhões desocupadas. Ainda em relação ao exercício de 2019, os dados sobre a informalidade revelaram a existência de 11,6 milhões de empregados sem carteira de trabalho assinada, 6,2 milhões de trabalhadores domésticos e 24,2 milhões trabalhadores por conta própria, ou 42 milhões de pessoas ocupadas em categorias estritamente do trabalho informal. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2021).

Os dados indicam um grande contingente da Força de Trabalho (FT) ocupado no trabalho informal, sugerindo a dificuldade para engajamento no trabalho formal. Acrescenta-se que o quadro recente do mercado de trabalho foi duramente abalado pela pandemia de COVID-19 e é muito provável que parte dos trabalhadores formais tenha migrado para o trabalho informal e que as dificuldades, no segmento informal, tenham se acentuado. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo analisar as dificuldades e estratégias adotadas pelos trabalhadores informais da cidade de Alexandria/RN em decorrência dos impactos provenientes da pandemia da COVID-19.

O município de Alexandria/RN se localiza na Região Geográfica Imediata (R. G. I.) de Pau dos Ferros, contando com uma população estimada, em 2020, de 13.553 habitantes, apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 9.054,32 em 2017, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,606. Em relação ao mercado de trabalho, o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo, referente ao exercício de 2010, era de 50,4%, o salário médio mensal dos trabalhadores formais, referente ao exercício de 2018, era de 1,5 salários mínimos, sendo 1.093 pessoas ocupadas (8% da população). (IBGE, 2020).

O trabalho traz a Introdução, que apresenta a temática e o objetivo da pesquisa. A seção 2 traça um panorama do mercado de trabalho informal no Brasil. A seção 3 apresenta a caracterização da área de estudo e os procedimentos metodológicos. A seção 4 traz os resultados e discussão da pesquisa. Por fim, tem-se as conclusões do trabalho (seção 5).

## 2 TRABALHO INFORMAL NO BRASIL: PANORAMA RECENTE

Para Marques *et al.* (2018), a estratégia bem-sucedida de promoção do desenvolvimento, com inclusão social, realizada nos governos de Lula e Dilma foi interrompida bruscamente e a ascensão ao poder das forças conservadoras, reagrupadas no governo de Michel Temer, permitiu a aprovação da Reforma Trabalhista, que implicou na perda de direitos trabalhistas e na maior fragilização do movimento sindical brasileiro.

De acordo com Marques *et al.* (2018, p. 16):

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD-Contínua) no primeiro trimestre de 2018, para uma população economicamente ativa (PEA) de 90,6 milhões, são considerados formais, com algum tipo de proteção, 48,71% dos trabalhadores. Nessa parcela, incluem-se os trabalhadores com contrato de trabalho e carteira assinada, que são apenas 36,3%, ou 32,9 milhões dos trabalhadores do setor privado, além de um contingente de 11,2 milhões (12,38%) de servidores públicos (incluindo militares). Já os trabalhadores/as na informalidade e sem proteção social, seriam 54,696 milhões de brasileiros, o que corresponde a 51,29% da PEA. Nesses 51,29% dos ‘não formais’, os/as empregados/as sem carteira assinada somam 10,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 11,1% do total de empregos. A pesquisa inclui também na categoria de informalidade as cerca de 6,2 milhões de empregadas/os domésticas/os (com um número bastante baixo com carteira assinada, mas a ser considerado), os 4,4 milhões de empregadores/as e os trabalhadores por conta própria, em torno de 23 milhões, representando 25,3% do total de empregos no país.

As alterações propostas e realizadas pelas autoridades responsáveis pela condução da política econômica no Brasil se coadunavam com a retomada da agenda neoliberal e demonstram que o ônus das medidas, de mais um ajuste, recaiu, mais pesadamente, sobre a classe dos trabalhadores. Assim, a partir de promessas de retomada do crescimento econômico pós ajustes, foi implementado mais um ataque as parcas conquistas da classe trabalhadora no país, porém, conforme exposto no Quadro 1, sem melhorias aparentes no mercado de trabalho em 2019.

Os dados da PNAD Contínua, de 2019 e 2020, além de realçar o insucesso das medidas implementadas, também permitem esboçar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro (Quadro 1).

Quadro 1 – Dados da PNAD Contínua de 2019 e de 2020 do mercado de trabalho brasileiro

|  | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>Varição (%)</b> |
|--|-------------|-------------|--------------------|
| Força de trabalho (em milhões)   | 106,0       | 99,5        | - 6,1              |
| População Ocupada (em milhões)   | 93,4        | 86,1        | -7,9               |
| População desocupada (em milhões)  | 12,6        | 13,4        | +6,7               |
| Taxa de desocupação (em %)   | 11,9        | 13,5        | +1,6               |
| Nível da Ocupação (em %)   | 54,6        | 49,4        | -5,2               |
| Empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada (em milhões) | 33,2        | 30,6        | -7,8               |
| Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (em milhões) | 11,6        | 9,7         | -16,5              |
| Trabalhadores domésticos (em milhões)                                      | 6,2         | 5,1         | -19,2              |
| Empregadores (em milhões)  | 4,4         | 4,0         | -8,5               |
| Trabalho por conta própria (em milhões)                                    | 24,2        | 22,7        | -6,2               |

Fonte: IBGE (2021).

A redução de pessoas na FT<sup>3</sup> foi em decorrência da queda da população ocupada<sup>4</sup> (menos 7,3 milhões de pessoas na população ocupada). Verifica-se que a população desocupada não cresceu, em milhões de pessoas, numa magnitude aproximada a redução da população ocupada, indicando o aumento de pessoas fora da FT. (IBGE, 2021).

A taxa de desocupação de 13,5% foi a maior da série histórica, mesmo levando em conta a redução da FT observada em 2020, evidenciando o impacto da COVID-19 sobre o mercado de trabalho. Mesmo não sendo possível colocar toda a responsabilidade sobre a pandemia de COVID-19, tendo em vista que a economia brasileira já apresentava dificuldades, deve-se considerar que a taxa de desocupação no país passou de 12,3% em 2018, para 11,9% em 2019, ou seja, a tendência declinante, de 2018 para 2019, deu lugar a taxa recorde da série em 2020, cujo evento extraordinário da pandemia de COVID-19 pode ser considerado como o principal elemento de desestabilização econômica, em que pesem os vigorosos esforços das autoridades em não contribuírem para um resultado mais satisfatório na gestão macroeconômica. (IBGE, 2021).

Já a queda no nível de ocupação<sup>5</sup>, em relação ao ano de 2019, foi o reflexo da drástica redução de 7,3 milhões de pessoas ocupadas em apenas um ano. Evidencia-se, com os dados do Quadro 1, que o número de pessoas ocupadas caiu em todos os estratos observados, inclusive entre os empregadores. Por fim, registre-se que, em 2020, a taxa de subutilização da força de trabalho<sup>6</sup> alcançou 28,1%, representando 31,2 milhões de pessoas subutilizadas (crescimento de 13,1% em relação ao número de pessoas subutilizadas em 2019). (IBGE, 2021).

A fim de esclarecer a situação da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, a partir de dados oficiais, recorre-se ao trabalho Síntese de Indicadores Sociais de 2020:

Em 2019, 39,3 milhões de pessoas estavam ocupadas em suas cinco modalidades (empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar), o que representou 41,6% da população ocupada, percentual mais elevado da série. Os resultados de 2019 em relação a 2018 mostram que a informalidade se manteve estável em proporção, indo de 41,5% para 41,6%. Em termos absolutos, categorias com maior crescimento entre esses anos

---

3 “As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.” (IBGE, 2014, p. 17).

4 “São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.” (IBGE, 2014, p. 17).

5 “É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar: [pessoas ocupadas / pessoas em idade de trabalhar] x 100.” (IBGE, 2014, p. 18).

6 “Composta pelo subgrupo de pessoas da força de trabalho potencial que não haviam realizado busca efetiva por trabalho por considerar que: não conseguiriam trabalho adequado; não tinham experiência profissional ou qualificação; não conseguiam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou não havia trabalho na localidade. Todavia, gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.” (IBGE, 2021, p. 7).

ocorreram nos trabalhadores por conta própria não contribuintes (4,7%) e nos empregados sem carteira (3,2%), resultados superiores ao aumento da população ocupada total entre 2018 e 2019 (2,5%). (IBGE, 2020, p. 22).

Verifica-se que o trabalho informal já estava em expansão antes da pandemia de COVID-19, aspecto que se coaduna com a afirmação de que as autoridades públicas já não apresentavam um desempenho elogiável na condução da política econômica, e como se tem em conta que a informalidade expõe os trabalhadores a maiores riscos socioeconômicos, uma vez que não contam as garantias trabalhistas do trabalho formal, é possível considerar, com alguma margem de segurança, que se encontrava em andamento a mais dramática involução do cenário socioeconômico brasileiro.

A deterioração do mercado de trabalho brasileiro, com a destruição de postos de trabalho formais, soma-se a redução de perspectivas para ingresso na informalidade, visto que os dados da PNAD Contínua para 2020 sinalizavam reduções para as categorias definidas estritamente como ocupações informais.

Kerr *et al.* (2020, p. 4.099), a partir da incidência da COVID-19 em estados nordestinos, apontaram que: “A pobreza, a desigualdade e as altas taxas de trabalho informal fornecem pistas do porquê da intensidade da COVID-19 na região. Por outro lado, as medidas de mitigação tomadas precocemente pelos governantes amenizaram os efeitos da pandemia.” Os autores salientam que as condições socioeconômicas adversas, vivenciadas por parte significativa da população, eram elementos potenciadores para a propagação de doenças infecciosas, inclusive da COVID-19. Por outro lado, salientaram que as medidas estabelecidas de distanciamento social, proibição de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, fechamento de órgãos públicos, proibição de eventos, dentre outras providências, amenizaram os efeitos da pandemia.

Oliveira, Jardim, Teixeira (2020, p. 11), com base em Relatório de análise do risco de disseminação da COVID-19 e avaliação de vulnerabilidade social nas microrregiões brasileiras elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), afirmaram que:

Foi possível constatar que aquelas [microrregiões] com maior risco de transmissão sustentada no curto prazo e com maior vulnerabilidade social estavam concentradas no Nordeste, especificamente nos estados do Ceará, Paraíba e Bahia. Essa previsão é confirmada posteriormente, em maio do mesmo ano, quando a região apresentou cerca de 30% do total de casos oficiais de COVID-19 no país, sendo aquela com a maior taxa de crescimento proporcional. Além disso, a maioria dos estados nordestinos apresentava letalidade acima do que é observado em média no país.

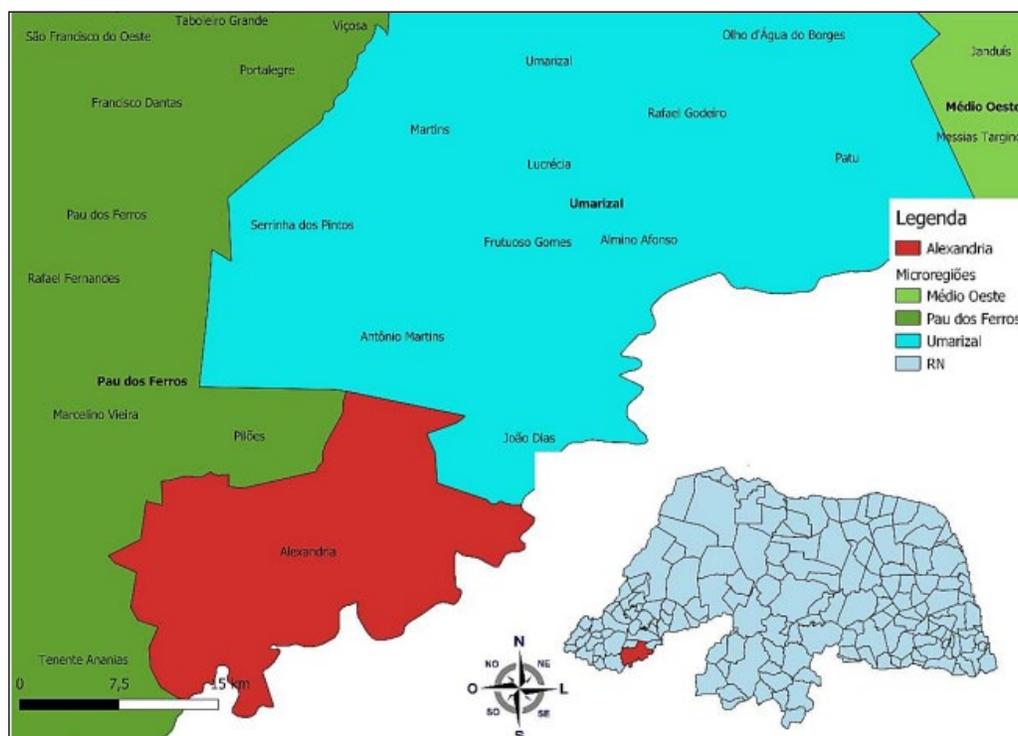
A elevada vulnerabilidade socioeconômica das microrregiões do Nordeste e a confirmação das estimativas que a COVID-19 se alastraria pelo interior da região, atingindo as cidades pequenas e a área rural, fez com que as autoridades estabelecessem medidas sanitárias para tentar reduzir as pressões sobre os parques equipamentos de saúde pública com suporte de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Tais medidas de controle, evidentemente, tiveram impactos sobre as atividades produtivas e sobre o mercado de trabalho.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Caracterização da área de estudo

O município de Alexandria situa-se na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, limitando-se com os municípios de Pilões/RN, Antônio Martins/RN, João Dias/RN, Tenente Ananias/RN e Marcelino Vieira/RN e com o estado da Paraíba, abrangendo uma área de 419 km<sup>2</sup>. Fica distante, aproximadamente, 382 km da capital do estado, Natal (IBGE, 2020). Segundo dados do IBGE (2020), para o ano de 2020, a população estimada era de 13.553 habitantes. A localização do município Alexandria/RN é apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de Localização de Alexandria/RN



Fonte: IBGE (2020).

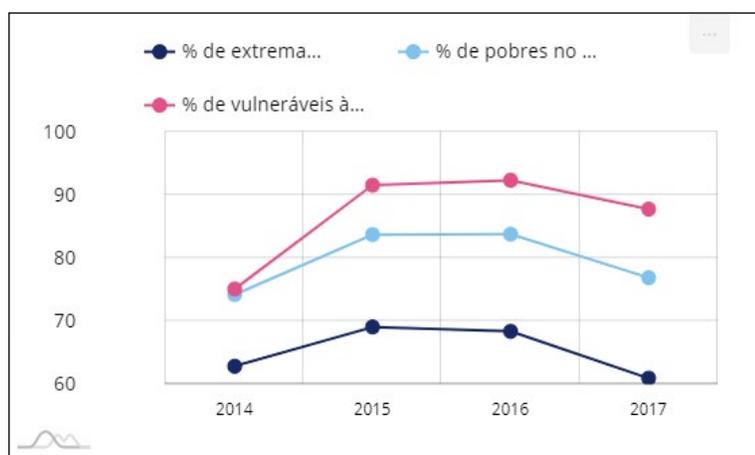
Trata-se de uma cidade pequena, em que existem poucas oportunidades de emprego formal, restando a informalidade como alternativa para a obtenção de emprego e renda. Alexandria/RN apresenta um número pequeno de empresas, apenas 189 formalmente constituídas, sendo a maioria micro e pequenas empresas, voltadas, principalmente, a comercialização de alimentos, roupas, calçados, eletroeletrônicos, gerando 917 postos de ocupações remuneradas. (IBGE, 2018). Saliente-se ainda que, boa parte dos empregados em estabelecimentos existentes em Alexandria/RN não conta com os benefícios assegurados

pela legislação, isso porque se encontra na informalidade e recebe remunerações, na maioria das vezes, inferiores a um salário mínimo.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Alexandria/RN era 0,467, em 2000, e passou para 0,606, em 2010, uma evolução do índice de 29,76%, fazendo o município avançar da faixa de baixo para médio desenvolvimento. As três dimensões que compõem o IDH-M melhoraram no período de 2000 para 2010: o IDH-M Longevidade avançou 10,34%, o IDH-M Educação aumentou 63,12% e o IDH-M Renda avançou 21,29% (PNUD, 2021).

O Atlas do Desenvolvimento Humano traz dados do CadÚnico do Programa Bolsa Família relacionado a pobreza. Os dados de Alexandria/RN, para o período de 2014 a 2017, são apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4 – Evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritos no CadÚnico no município de Alexandria/RN - 2014 a 2017



Fonte: PNUD (2021).

Os dados apontam o crescimento das proporções, de 2014 para 2015, de pessoas extremamente pobres (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 70,00), da proporção de pessoas pobres (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 140,00) e da proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 255,00) inscritos no CadÚnico. Para o período de 2014 a 2017, observa-se o seguinte: a proporção de pessoas extremamente pobres passou de 62,84%, em 2014, para 60,94%, em 2017; a proporção de pessoas pobres era de 74,21%, em 2014, e 76,88%, em 2017; e a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza era de 75,09%, em 2014, e 87,76%, em 2017. (PNUD, 2021).

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) municipal são apresentados na Tabela 1 e se referem ao ano de 2018.

Tabela 1 – PIB municipal de Alexandria/RN (2018)

| <b>PIB de Alexandria/RN</b>  | <b>R\$</b>        |
|--|-------------------|
| <b>PIB a preços correntes (x1.000)</b>   | <b>130.588,51</b> |
| <b>PIB per capita</b>  | <b>9.600,68</b>   |
| <b>VAB total (x1.000)</b>  | <b>124.887,15</b> |
| Agropecuária (X1.000)  | 4.524,44          |
| Indústria (X1.000)   | 3.004,56          |
| Serviços - Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social (X1.000) | 49.209,21         |
| Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social (X1.000)                      | 68.148,94         |
| <b>Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre Produtos, a Preços Correntes (X1.000)</b>                | <b>5.701,36</b>   |

Fonte: IBGE (2021).

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam a modéstia da base produtiva, com Agropecuária e Indústria alcançando pouco mais de 6% do Valor Adicionado Bruto (VAB) Total e predominância da Administração Pública, seguida pelo Setor de Serviços.

O mercado de trabalho em Alexandria/RN, no início do século XXI, refletia o pouco dinamismo da economia local, conforme se verifica nos dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais - Alexandria/RN - 2000 e 2010

| <b>SITUAÇÃO OCUPACIONAL</b>   | <b>2000</b> | <b>2010</b> |
|---|-------------|-------------|
| <b>Taxa de atividade - 18 anos ou mais de idade</b>                         | 48,35       | 48,83       |
| <b>Taxa de desocupação - 18 anos ou mais de idade</b>                       | 9,76        | 11,26       |
| <b>Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais</b>                  | 27,84       | 20,59       |
| <b>NÍVEL EDUCACIONAL DOS OCUPADOS</b>                                       |             |             |
| <b>% dos ocupados com ensino fundamental completo</b>                       | 25,31       | 39,29       |
| <b>% dos ocupados com ensino médio completo</b>                             | 17,69       | 28,48       |
| <b>RENDIMENTO DOS OCUPADOS</b>  |             |             |
| <b>% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo (de ago/2010)</b>  | 83,02       | 62,10       |
| <b>% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimo (de ago/2010)</b> | 94,31       | 90,17       |

Fonte: PNUD (2021).

As origens dos dados apresentados pelo PNUD (2021) foram os Censos Demográficos de 2000 e 2010, verificando-se que:

[...] a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa no município, passou de 48,35% para 48,83%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, isto é, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 9,76% para 11,26%.

No município, o grau de formalização entre a população ocupada de 18 anos ou mais de idade passou de 27,84%, em 2000, para 20,59%, em 2010.

Considerando a População Economicamente Ativa (PEA) a população com mais de 18 anos, percebe-se um pequeno crescimento no período de 2000 para 2010, ampliando-se também a taxa de desocupação em 1,5% e ocorrendo uma redução substancial da taxa de formalização com menos 7,25%. Em relação aos níveis de escolaridade entre os ocupados, verifica-se que ocorreram avanços nos percentuais daqueles que concluíram o Ensino Fundamental e dos que concluíram o Ensino Médio. Já o padrão de rendimento continuou baixo, com 90,17% recebendo até dois salários mínimos de referência em agosto de 2010.

### **3.2 Procedimentos metodológicos**

Para a elaboração do trabalho foi utilizada a pesquisa descritiva. Utilizou-se a abordagem quali-quantitativa para exposição e discussão dos dados coletados na pesquisa de campo. Considerando os aspectos da fundamentação teórico-metodológica, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Para tanto, foram utilizadas referências de artigos de revistas, publicações em livros, teses, dissertações e da internet. No que diz respeito aos meios de investigação, optou-se pela pesquisa de campo, com aplicação de formulário junto ao público-alvo.

Para a execução do trabalho de campo foi realizado levantamento preliminar de informações. O propósito do levantamento preliminar foi mapear os locais da cidade que ainda apresentavam atividades do setor informal, uma vez que a situação de pandemia já estava limitando, consideravelmente, o funcionamento dos negócios.

Ainda na fase preliminar foi realizado levantamento de dados junto a Prefeitura de Alexandria/RN, sendo verificada a existência de um cadastro com 148 empreendimentos informais. Saliente-se que o Cadastro contemplava o período anterior a pandemia de COVID-19 e a realidade percebida na visitação aos locais de maior concentração de atividades informais já deixava evidente que o número tinha caído bastante. Assim, a partir das informações cadastrais, optou-se por realizar a busca ativa pelo maior número possível dos 148 empreendimentos informais, sendo realizada a pesquisa com 40 (quarenta) negócios, representando 27% do universo cadastrado pela Prefeitura.

O formulário foi estruturado para abordar as características do trabalho informal na cidade Alexandria/RN. A técnica adotada para obtenção de dados e informações na pesquisa de campo foi a utilização de formulário, em seguida, as informações e dados coletados foram sistematizados em planilhas e elaborados gráficos para facilitar a exposição e análise.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Gráfico 5 apresenta dados sobre os determinantes indicados pelos pesquisados para ingressarem no trabalho informal da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 5 – Determinantes para ingresso no trabalho informal em Alexandria/RN

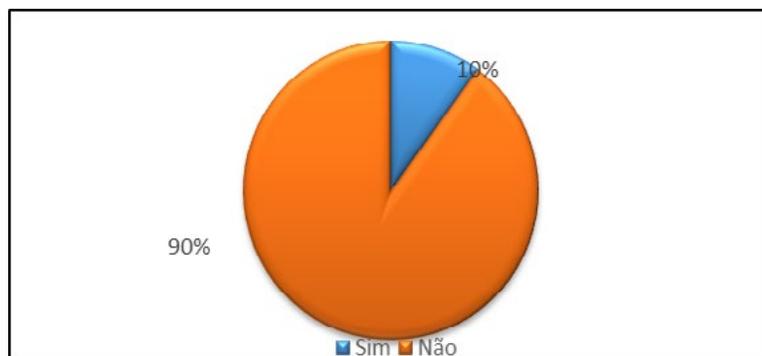


Fonte: Autoria Própria (2021).

Sobre os determinantes (principais motivações) para ingressar no trabalho informal, observa-se, no Gráfico 5, que o determinante/motivação predominante foi a “Necessidade” em trabalhar e obter renda, com percentual de 57%. Em seguida, com 35%, foi referida a opção “Escolha Própria”, os demais pesquisados, apenas 8%, indicaram que a principal motivação para ingressar no trabalho informal em Alexandria/RN foi enxergar uma “Oportunidade” para trabalhar, ainda que na informalidade.

O Gráfico 6 apresenta dados sobre a existência de tentativas para ingressar no trabalho formal pelos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 6 – Tentativa para ingressar em trabalho formal por parte do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

Embora a maior parcela de trabalhadores aponte “Necessidade” (Gráfico 5) como principal determinante para ingressar no trabalho informal, observa-se, no Gráfico 6, que apenas 10% dos trabalhadores informais realizaram alguma tentativa para se inserir no trabalho formal. Dois aspectos principais podem servir como elementos explicativos para o reduzido percentual dos que buscaram trabalho no setor formal: 1º) a satisfação (ou resignação) com a situação em que se encontravam no momento da pesquisa; 2º)

o conhecimento da realidade do mercado de trabalho local/regional, que gera poucas perspectivas de trabalho formal.

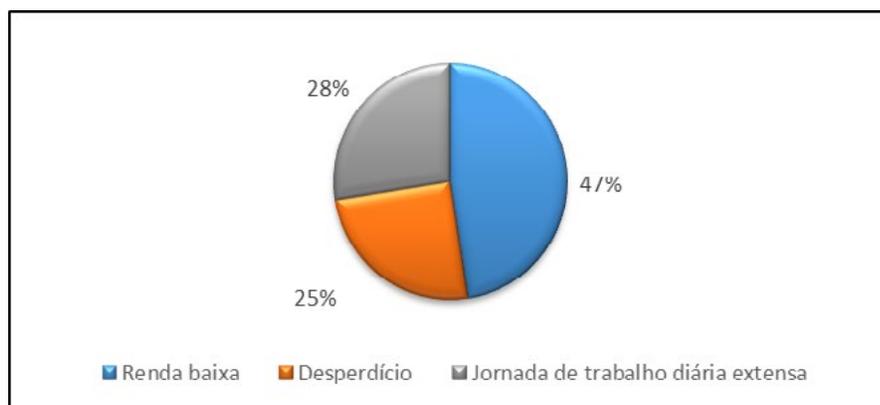
O primeiro aspecto se relaciona diretamente ao contexto da pandemia de COVID-19, pois as restrições ao funcionamento de diversas atividades econômicas limitavam ainda mais as oportunidades de encontrar quaisquer fontes de rendas provenientes do mercado de trabalho formal ou informal. Assim, num cenário de tantas restrições, pode-se compreender o reduzido percentual daqueles que tentaram a inserção no trabalho formal. Ademais, conforme indicado, o baixo dinamismo da economia local gera poucas oportunidades de inserção no trabalho formal, circunstância agravada pela pandemia de COVID-19.

É importante ressaltar que o elevado percentual dos que não buscaram inserção no trabalho formal no ano anterior à realização da pesquisa de campo não estar relacionado a falta de “interesse” em trabalhar no mercado formal, mas ao contexto no momento da pesquisa e a consciência de que, mesmo em circunstâncias normais, as oportunidades são escassas.

Pode-se observar ainda o aspecto de uma certa autonomia e liberdade conferida pelo trabalho informal, como identificado por Mafra *et al.* (2010), em que 69,23% apontaram preferir o trabalho informal por causa da “liberdade de atuação”.

O Gráfico 7 apresenta dados sobre as desvantagens no trabalho informal apontadas pelos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 7 – Principais desvantagens no trabalho informal apontadas pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

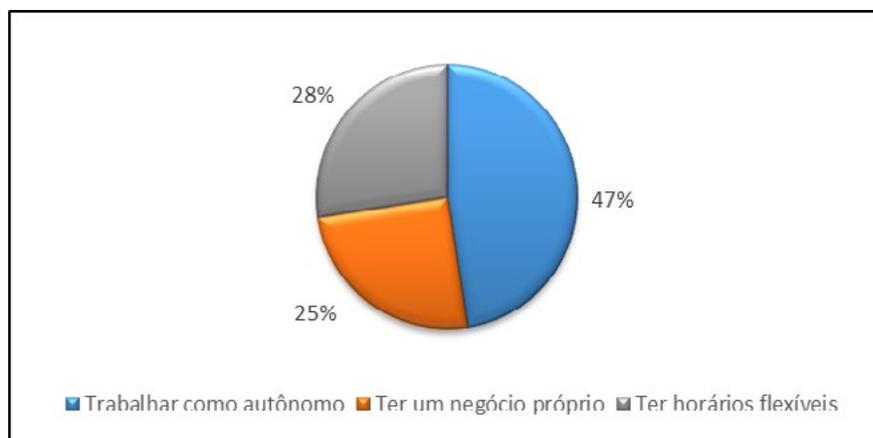
As principais desvantagens apontadas pelo grupo de trabalhadores informais foram: a baixa renda auferida, citada por 47% dos trabalhadores; as jornadas diárias de trabalho consideradas extensas, apontada por 28%; e o desperdício de mercadorias e produtos, indicada por 25% dos pesquisados (desvantagem apontada, em particular, pelos trabalhadores informais que exercem atividade informal de comércio, como feirantes, por envolver produtos alimentícios perecíveis). É importante ressaltar também que a pesquisa

de campo se deu num momento em que as restrições sanitárias limitavam o funcionamento das atividades econômicas.

As menções de 25% sobre os desperdícios devem ser interpretadas a partir da consideração que a grande maioria atua em negócios da família (donos, autônomos, etc.) e, principalmente, pela presença de trabalhadores com atuação na feira livre local. Ademais, é compreensível que existam preocupações com os desperdícios, especialmente dos envolvidos diretamente com as feiras livre, por ser prática comum o atrelamento das remunerações ao desempenho da atividade, em que a existência de desperdícios resulta, quase sempre, em remunerações mais baixas para os envolvidos.

O Gráfico 8 apresenta dados sobre as vantagens no trabalho informal apontadas pelos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 8 – Principais vantagens no trabalho informal apontadas pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

As principais vantagens apontadas pelos trabalhadores informais foram: a possibilidade de “Trabalhar como Autônomo” (47%), a flexibilidade nos horários de trabalho (28%) e a possibilidade de ter um negócio próprio (25%).

Liberdade, autonomia, flexibilidade de horários, não ter patrão, exercer a capacidade empreendedora, excessos burocráticos para formalização de negócios e elevados custos tributários para os negócios legalizados, dentre outros, são recorrentes em pesquisas que abordam o trabalho informal.

Os fatores vantajosos citados: trabalhar como autônomo, ter um negócio próprio e horários mais flexíveis, não devem ser confundidos, no caso desta pesquisa, com a percepção de que os pesquisados estão trabalhando na informalidade por considera-la, em si mesma, melhor do que o trabalho formal, pois para 57% o ingresso no trabalho informal foi por necessidade (Gráfico 5) e também pelas características predominantes da economia. As respostas devem ser entendidas como as vantagens que os pesquisados enxergam no trabalho informal, sem que isso signifique que estão satisfeitos e acomodados com a situação.

O Gráfico 9 apresenta dados sobre a rotina de trabalho informal a partir da pandemia de COVID-19 dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 9 – Rotina de trabalho a partir da pandemia de COVID-19 do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN

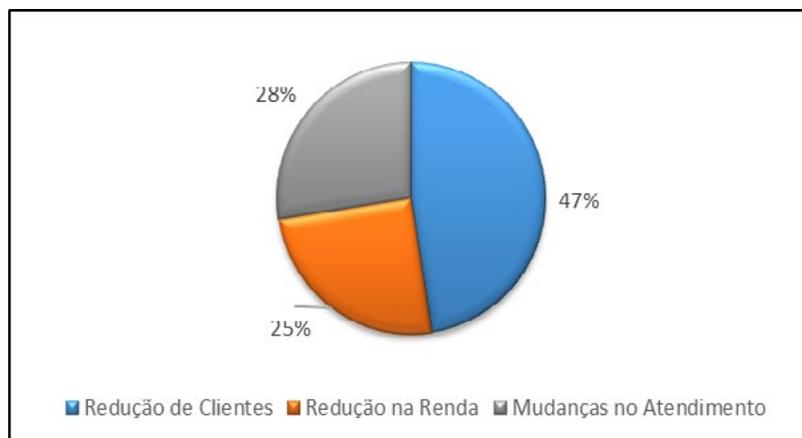


Fonte: Autoria Própria (2021).

Em relação aos impactos da pandemia de COVID-19 na rotina de trabalho informal dos trabalhadores em questão, pelo Gráfico 9, verifica-se que 92% afirmaram que a rotina de trabalho mudou para pior na pandemia, enquanto 3% afirma que a rotina mudou para melhor com a pandemia. Restando o percentual de 5% que afirmam não ter sofrido impactos na rotina de trabalho por COVID-19.

O Gráfico 10 apresenta dados sobre as principais mudanças na rotina de trabalho a partir da pandemia de COVID-19 percebidas pelos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 10 - Principais mudanças na rotina de trabalho a partir da pandemia de COVID-19 percebidas pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

Observa-se que 47% dos trabalhadores apontam redução de clientes como a principal mudança na rotina de trabalho a partir da pandemia de COVID-19. Observa-se também que 28% apontam mudanças no atendimento da clientela (necessidade de utilização de máscaras, uso de álcool, etc.) e 25% dos trabalhadores informais apontam redução na renda com principal mudança na rotina de trabalho.

O Gráfico 11 apresenta dados sobre o rendimento salarial médio dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 11 - Rendimento salarial médio do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

Observa-se, no Gráfico 11, que 45% dos trabalhadores declararam alcançar um rendimento mensal acima de  $\frac{1}{2}$  até um salário mínimo<sup>7</sup>, enquanto um percentual de 35% relatou alcançar até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo com o trabalho informal. Dos demais pesquisados, 20% dos trabalhadores indicaram que a renda mensal obtida no trabalho informal é acima de um salário mínimo até dois salários.

Tais informações se aproximam da afirmação de Aguiar (2008) sobre os baixos rendimentos obtidos na atividade informal, uma vez que os trabalhadores envolvidos não contam com os direitos trabalhistas relacionados ao trabalho formal, submetendo-se, em geral, ao recebimento de remunerações baixas. Xavier (2014) levantou os seguintes dados referentes a renda obtida pelos ambulantes da Praia de Ponta Negra em Natal/RN: 30% até um salário mínimo; 48,3% de um a dois salários mínimos; 18,3% de dois a três salários mínimos e; 3,3% de três a quatro salários mínimos.

A recorrência nas pesquisas que levantam informações sobre os trabalhadores do mercado informal é a obtenção de remunerações baixas, quase sempre, abaixo de um salário

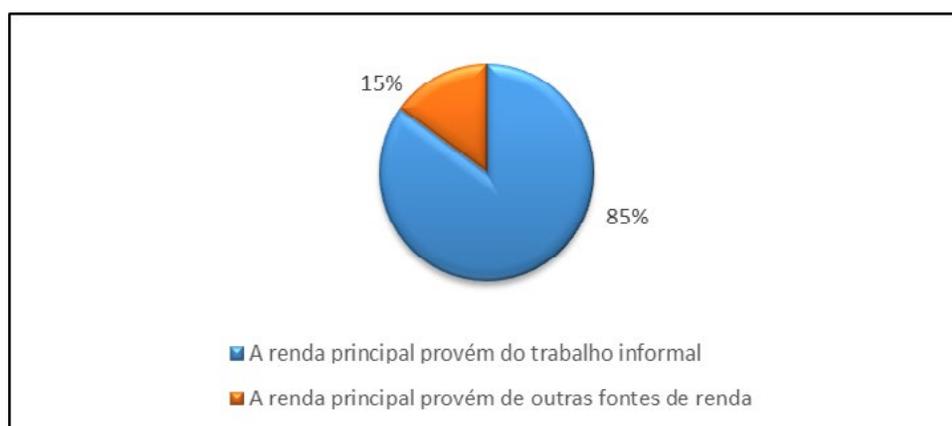
<sup>7</sup> O salário mínimo vigente no Brasil, em 2021, era de R\$ 1.100,00.

mínimo, conforme o verificado em Alexandria/RN em que 80% declararam alcançar até um salário mínimo de renda mensal proveniente do trabalho informal.

A impressão generalizada foi que as restrições causadas pelos decretos municipais: fechamento ou redução dos horários de funcionamento das atividades e as determinações sobre o distanciamento social, dentre outras, causaram perdas de rendimento provenientes do trabalho informal, em que 85% declararam que a renda principal das famílias são do trabalho informal (Gráfico 12).

O Gráfico 12 apresenta dados sobre a fonte de renda principal no grupo familiar dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 12 – Fonte de renda principal na família do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

Embora maior percentual das famílias dos trabalhadores informais estudados possua outras fontes de renda, além da renda adquirida pelo trabalho informal (Gráfico 13), observa-se que, para 85% das famílias a renda principal era aquela proveniente do trabalho informal e para 15% dos pesquisados a principal fonte de renda familiar era proveniente de atividades/fontes distintas (Gráfico 12).

O Gráfico 13 apresenta dados sobre a existência de outras fontes de renda no grupo familiar dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 13 - Outras fontes de renda na família do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN

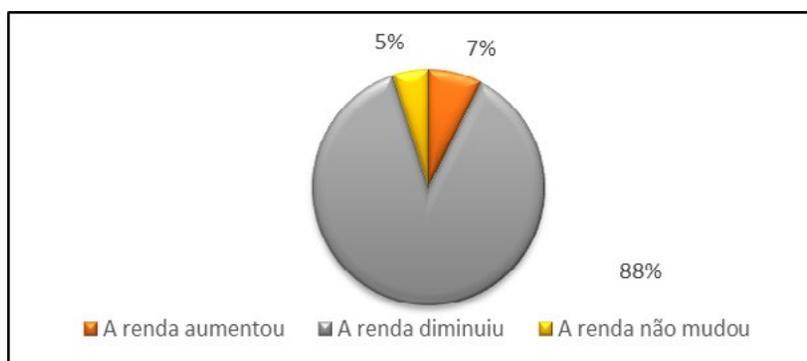


Fonte: Autoria Própria (2021).

Sobre a composição da renda familiar dos trabalhadores informais do grupo pesquisado, observa-se, no Gráfico 13, que 75% das famílias, nas quais se inseriam os trabalhadores informais, dispunham de outras fontes de renda, enquanto 25% das famílias tinham apenas a renda proveniente do trabalho informal.

O Gráfico 14 apresenta dados sobre os impactos a partir da pandemia de COVID-19 na renda dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 14 – Principais impactos na renda proveniente do trabalho informal a partir da pandemia de COVID-19 apontados pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN

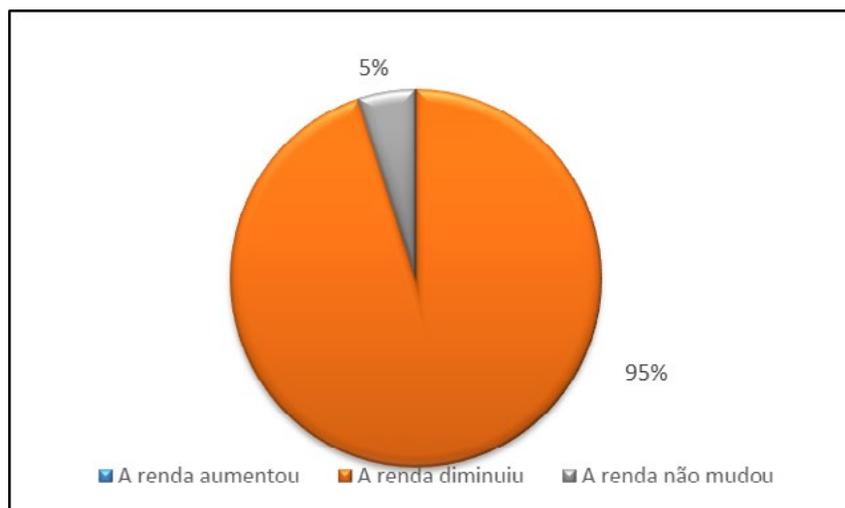


Fonte: Autoria Própria (2021).

Pode-se observar, a partir dos dados do Gráfico 14, que a renda proveniente do trabalho informal do grupo pesquisado foi impactada, negativamente, pela pandemia de COVID-19. Um percentual predominante de 88% afirma ter ocorrido redução na renda a partir da pandemia de COVID-19. Enquanto 7% dos trabalhadores afirmaram ter observado aumento na renda e 5% afirmaram não ter percebido variações na renda.

O Gráfico 15 apresenta dados sobre os impactos na renda total familiar dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN a partir da pandemia de COVID-19.

Gráfico 15 – Principais impactos na renda total familiar a partir da pandemia de COVID-19 apontados pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



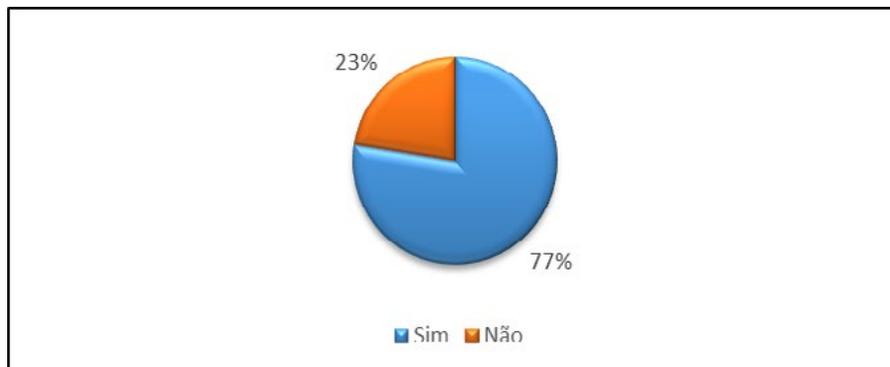
Fonte: Autoria Própria (2021).

Levando em consideração o que foi informado pelo grupo, em que 85% têm como principal fonte de renda o trabalho informal (Gráfico 12) e que 88% dos trabalhadores apontam ter sofrido impacto de redução de renda do trabalho informal com a pandemia por COVID-19 (Gráfico 14), compreende-se que a renda total familiar tenha declinado para 95% dos trabalhadores informais do grupo. Ademais, é bem provável que os demais membros das famílias, que contribuíam com o sustento familiar, também tenham sofrido impacto negativo na obtenção de renda em função da COVID-19 e daí a percepção amplamente difundida sobre a queda de renda total familiar entre os trabalhadores informais do grupo pesquisado.

Em relação as medidas compensatórias para mitigação dos efeitos da pandemia de COVID-19, após idas e vindas da área econômica, o governo federal estabeleceu o pagamento de três parcelas de R\$ 600,00 referentes ao auxílio emergencial, podendo alcançar R\$ 1.200,00 para as mulheres chefes de família, cujos critérios de elegibilidade foram definidos pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020).

O Gráfico 16 apresenta dados sobre a obtenção do auxílio emergencial no grupo familiar dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 16 – Existência de familiares contemplados com auxílio emergencial no grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



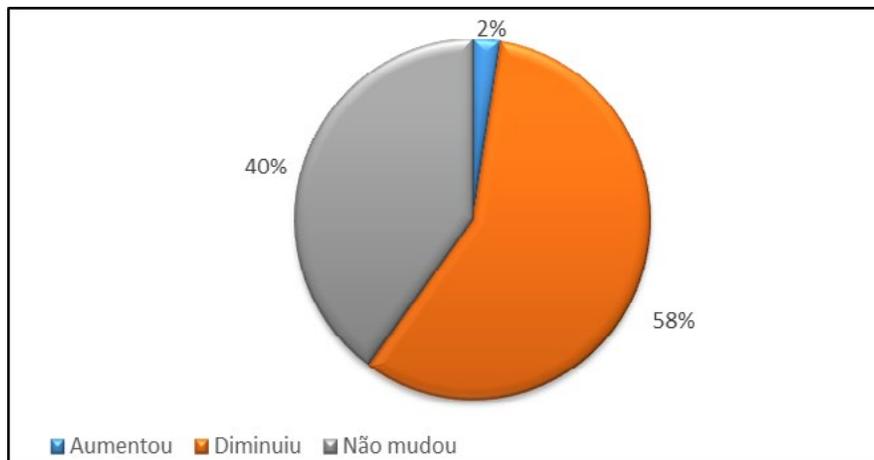
Fonte: Autoria Própria (2021).

Verificou-se que nem todas as famílias do grupo de trabalhadores informais que perceberam reduções de renda foram contempladas pelo auxílio emergencial, embora se enquadrassem, em tese, no grupo elegível para recebimento (trabalhadores informais). O percentual de 23% que afirmaram não ter recebido o auxílio emergencial é considerado elevado, porém, é importante ressaltar que não foi questionado aos trabalhadores informais não contemplados se houve ou não tentativa de obter o auxílio emergencial, de maneira tal, que não se pode concluir se as famílias que não receberam auxílio se enquadravam ou não nos requisitos necessários para a obtenção do benefício. Os demais, 77% dos trabalhadores informais do grupo de pesquisa tiveram membros contemplados com o auxílio emergencial.

Trovão e Araújo (2020) apontam que os valores repassados, através do auxílio emergencial, não seriam suficientes para compensar as perdas de renda dos trabalhadores formais, sendo as perdas, maiores ou menores, condicionadas pelas estratégias adotadas pelas empresas (magnitude da redução da jornada e dos salários previstos em carteira de trabalho). Já para os trabalhadores informais dependeria do tíquete médio repassado para aqueles/aquelas que atuam na informalidade. Ainda segundo os autores, dados sobre o mercado de trabalho informal, do primeiro trimestre de 2020, para o RN apontavam uma redução de 3% nos empregos informais em relação ao quarto trimestre de 2019. Ou seja, os dados pré-crise da pandemia de COVID-19 já sinalizavam uma piora da situação do mercado de trabalho informal.

O Gráfico 17 apresenta dados sobre a capacidade de consumo do grupo familiar, a partir da pandemia de COVID-19, para os trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 17 – Capacidade de consumo da família a partir da pandemia de COVID-19 do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



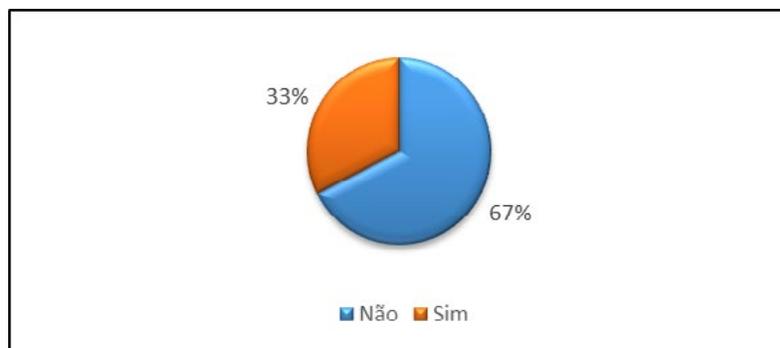
Fonte: Aatoria Própria (2021).

No que diz respeito a capacidade de consumo dos trabalhadores informais do grupo pesquisado, observou-se que, durante o período de pandemia, a capacidade de consumo diminuiu para 58% das famílias dos trabalhadores informais; para 40% a capacidade de consumo não sofreu alteração e 2% dos pesquisados indicaram aumento na capacidade de consumo. Os dados levantados entre os trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN evidenciaram que, para quase 60%, a pandemia de COVID-19 reduziu a capacidade de consumo e as parcelas do auxílio emergencial não foram suficientes para compensar as perdas.

De outro lado, pode-se considerar que o recebimento das três parcelas do auxílio emergencial contribuiu para que as perdas da capacidade de consumo não fossem ainda mais drásticas e também devem ter contribuído para preservação de parte da capacidade de consumo de quase 40% dos pesquisados (percentual que se aproxima ao percentual de 35% de trabalhadores informais que afirmaram ter renda de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, conforme disposto no Gráfico 11).

O Gráfico 18 apresenta dados sobre a adoção de estratégias para obtenção de renda durante a pandemia de COVID-19 dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 18 – Adoção de estratégias para obtenção de renda a partir da pandemia de COVID-19 pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



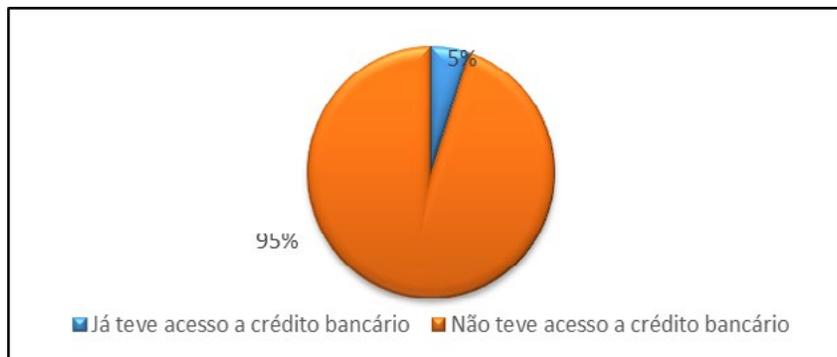
Fonte: Autoria Própria (2021).

No que diz respeito a adoção de estratégias para obtenção de renda durante o período de pandemia, mostra-se no Gráfico 18 que 33% dos trabalhadores informais do grupo de pesquisa adotaram novas estratégias para obter renda no período de pandemia, enquanto 67% dos trabalhadores não adotaram novas medidas relacionadas a obtenção de renda. Dentre as estratégias apontadas pelo grupo que procurou inovar, destacou-se a implementação de opção de *delivery*, para entrega de produtos e alimentos em domicílio.

Verificou-se que um pouco mais de 2/3 dos pesquisados não implementou nenhuma estratégia para reduzir os impactos da pandemia de COVID-19 em seus negócios. Mais uma vez é importante salientar que a ausência de inovações não pode ser considerada conformismo, pois as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais já se apresentam maiores, em condições de normalidade, do que para aqueles/aquelas que atuam no mercado de trabalho formal, certamente, tornando-se ainda mais desafiadoras em decorrência da pandemia de COVID-19.

O Gráfico 19 apresenta dados sobre o acesso a crédito bancário pelos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN e, mesmo não existindo dados, nesta pesquisa, sobre o que ocorre com aqueles/aquelas que atuavam no trabalho formal, pode-se afirmar que os dados servem para confirmar as grandes dificuldades que os trabalhadores informais têm para introduzir algum tipo de inovação, sem conseguir acessar linhas de crédito.

Gráfico 19 - Acesso a crédito bancário pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN

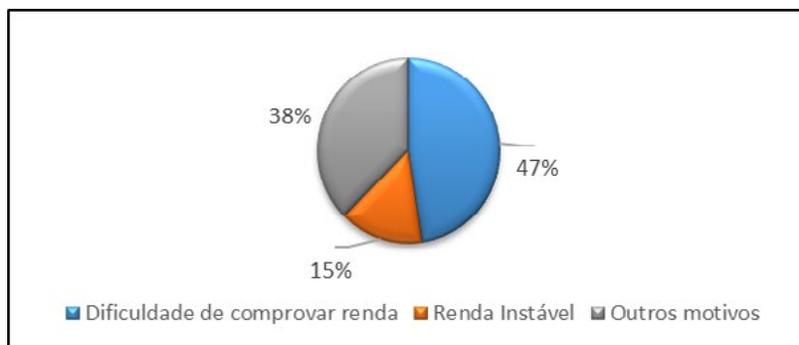


Fonte: Autoria Própria (2021).

No que diz respeito ao acesso a crédito bancário para os trabalhadores informais do grupo de pesquisa, pode-se observar pelo Gráfico 19 que um percentual significativo de 95% não conseguiu crédito bancário, enquanto apenas 5% dos trabalhadores informais do grupo de pesquisa obtiveram sucesso na captação de crédito junto a alguma instituição bancária.

O Gráfico 20 apresenta dados sobre as dificuldades de acesso ao crédito bancário pelos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 20 – Dificuldades para acessar o crédito bancário apontadas pelo grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

Para 47% dos pesquisados a principal dificuldade para acessar linhas de crédito bancário era a impossibilidade de apresentar comprovação de renda. Para 15% dos trabalhadores informais a falta de estabilidade da renda proveniente do trabalho informal se constituía na principal barreira para acessar o crédito bancário. Grosso modo, pode-se considerar que os 62% não tinham condições de oferecer as garantias mínimas exigidas

pelos bancos para fornecimento de crédito. Os demais, 38%, assinalaram “outros motivos” distintos para não conseguir acessar linhas de crédito.

Assim, a baixa capacidade de geração de renda pelo trabalho informal e a impossibilidade de acessar crédito bancário se apresentam como limitadores para que algum tipo de inovação seja introduzida nas atividades, limitando também a adoção de estratégias para aumentar renda.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modéstia da economia local foi demonstrada, inclusive, ilustrada pelos dados sobre o mercado de trabalho formal, notadamente, com o setor da Indústria que, em 2018, era responsável por apenas 3,17% dos empregos formais, pelo perfil de empresas, quase que exclusivamente, constituído por microempresas e de pequeno porte e pelos baixos salários alcançados pela força de trabalho. Assim, em função do cenário econômico municipal, não surpreende que o mercado de trabalho informal se constitua em solução para geração de ocupações e renda para os alexandrienses.

A partir das informações e dados reunidos, pode-se afirmar que:

a) o determinante/motivação predominante para ingressar no trabalho informal em Alexandria/RN foi a “Necessidade” em trabalhar e obter renda, com percentual de 57%;

b) apenas 10% dos trabalhadores informais buscou se inserir no trabalho formal;

c) no grupo pesquisado, a principal desvantagem em atuar no mercado de trabalho informal foi a baixa renda auferida, citada por 47% dos trabalhadores. O mesmo percentual, 47%, citou como principal vantagem em atuar no mercado de trabalho informal “Trabalhar como Autônomo”;

d) 92% afirmaram que a rotina de trabalho mudou para pior na pandemia, sendo a principal mudança motivada pela redução de clientes;

e) 88% afirmaram ter ocorrido redução na renda proveniente do trabalho informal a partir da pandemia de COVID-19 e 95% salientaram a redução da renda total familiar;

f) 77% dos trabalhadores informais do grupo de pesquisa tiveram membros contemplados com o auxílio emergencial e mesmo assim, para 58% a capacidade de consumo foi reduzida;

g) dois terços dos pesquisados não adotaram estratégias adicionais para obtenção de renda durante o período de pandemia por COVID19, porém, pode-se supor que uma série de variáveis justifiquem esse percentual, como exemplos: falta do capital necessário para implementação de determinada estratégia viável de obtenção de renda, incapacidade de obtenção de crédito bancário, capacidade de geração de rendas muito reduzida, dentre outras.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Beatriz Torrado de. **O mercado de trabalho brasileiro e a informalidade**. São Paulo: Ibmecc, 2008. 30 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Canal @ Cidades. **Alexandria/RN**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/alexandria/panorama>. Acesso em 24 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 24 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em 17 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cadastro Central de Empresas**. Alexandria/RN. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/alexandria/pesquisa/19/29761>. Acesso em 27 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD Contínua. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>. Acesso em 17 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Notas Metodológicas. 2014. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Notas\\_metodologicas/notas\\_metodologicas.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf). Acesso em 17 abr. 2022.

KERR, Ligia *et al.* COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4099-4120, 2020.

MAFRA, Flávia Luciana Naves *et al.* Trabalho informal e qualidade de vida: interações possíveis no contexto local. **REGÊ Revista de Gestão**, v. 9, n. 1, 2010.

MARQUES, Léa *et al.* **Informalidade**: Realidades e Possibilidades para o Mercado de Trabalho Brasileiro. São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo, 2018.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues; JARDIM, Stéffany Costa; TEIXEIRA, Evandro Camargos. Pandemia da COVID-19 e ocupação no mercado de trabalho: o caso da Região Nordeste do Brasil. **Revista Econômica**, v. 22, n. 1, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Alexandria/RN. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/240050>. Acesso em 17 abr. 2022.

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes *et al.* A COVID-19 no contexto do Rio Grande do Norte: uma análise sobre a vulnerabilidade e medidas de enfrentamento em pequenos municípios do estado. *In:* CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVA, Brunno Costa do Nascimento (Orgs.). **Em tempos de pandemia:** contribuições do Observatório das Metrôpoles: núcleo Natal. [recurso eletrônico] - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Desenvolvimento e mercado de trabalho em tempos de Covid-19: os impactos dos auxílios emergenciais na Região Metropolitana de Natal e no Rio Grande do Norte. *In:* CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVA, Brunno Costa do Nascimento (Orgs.). **Em tempos de pandemia:** contribuições do Observatório das Metrôpoles: núcleo Natal. [recurso eletrônico] - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

XAVIER, Débora Guerra Pereira. Mobilização de competências na atividade informal do vendedor ambulante em praia de Natal (RN). 2014. 226f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN: UFRN, 2014.